

# [Articulação de Mulheres Brasileiras em apoio ao Cladem e a todas as vítimas de estupro e violências sexuais](#)

A acusação de estupro contra o jogador Neymar veio à tona por meio da sua própria rede social. Onde o jogador expôs ao público, sem autorização, fotos e conversas íntimas da estudante e modelo que o acusa. Com isso praticou crimes já tipificados na Lei de número 13.772/2018, demonstrando sua irresponsabilidade com o público infantil que o segue, além de seu ódio mesquinho ao praticar “pornografia de vingança”.

**[\(Articulação de Mulheres Brasileiras, 09/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

Desde esse momento todas as mulheres e meninas e, em especial, as que já sofreram abusos e violências sexuais estão expostas à traumas e sofrendo com o escárnio público, os julgamentos impiedosos e a falta de solidariedade.

A violência sexual no Brasil ainda é silenciada e naturalizada, apesar das proporções epidêmicas. Segundo o Atlas da Violência de 2018 (dados de 2016) são 1.370 estupros por dia. Apenas 10% desse tipo de crime chegam a ser denunciados. Os motivos vão além da incapacidade do sistema de justiça em acolher as vítimas sem julgamentos e sem revitalizá-las com violências institucionais. É conhecido que a violência sexual neste país foi utilizada largamente como arma de guerra pela colonização e pelo sistema de escravidão.

Pior ainda: para o IPEA, dados de 2011, 70% das vítimas são crianças e adolescentes, grande parte sofrendo o abuso em sua própria residência. Para enfrentar essa cultura, são necessárias mudanças estruturais na sociedade. E mesmo que as políticas públicas mais básicas, como a educação não sexista e pela igualdade de gênero nas escolas, enfrentem oposição organizada de grupos fundamentalistas religiosos, elas são possibilidades reais de enfrentamentos.

Lamentamos que a Cultura do Estupro esteja sendo alimentada, ainda mais, pelos interesses econômicos em jogo no caso das acusações contra o jogador Neymar. E, como consequência, assistimos nas redes sociais e nos comentários do dia-a-dia piadinhas que julgam a sexualidade, a liberdade, a honestidade e o caráter da suposta vítima. E, de tabela, nos atinge a todas.

Temos certeza que nenhuma mulher ou menina deve sofrer o julgamento público por procurar denunciar uma violência sofrida. Não sabemos se a denúncia é verdadeira ou falsa e acreditamos que toda a pessoa tem o direito ao devido processo legal, a presunção de inocência, assim como o contraditório e a ampla defesa.

É assustador o cinismo da crença que um jogador rico, famoso e poderoso que apoia escrachadamente o discurso ofensivo às mulheres, não fosse capaz de realizar tal ato. As acusações sobre a suposta vítima, como “maria chuteira”, que deseja indenização, revelam a crueldade arraigada na sociedade e a falta de solidariedade, em não perceber o quanto é dolorosa tal situação.

Além disso, a difusão mentirosa que existem muitas denúncias falsas de estupro prejudica,

mais ainda, a prevenção, a busca por justiça e a reparação das vítimas, servindo apenas aos interesses dos estupradores e criminosos. O Brasil não possui dados sobre falsas alegações de estupro.

Sobre o projeto de Lei número 3369/2019 chamado de “Neymar da Penha” que pretende agravar a pena por “denúncia caluniosa”, qual o interesse em silenciar denúncias? Repudiamos tal oportunismo nefasto e de um cinismo cruel que serve apenas para aumentar os índices de impunidade relacionados às violências sexuais no Brasil.

Pesquisas da Europa, “The (In)credible Words of Women: False Allegations in European Rape Research”, demonstram que as falsas alegações de crimes sexuais não são mais frequentes que os registros inverídicos de outros crimes, uma média que varia de 5% à 8%.

Já da defesa de Neymar em cooptar uma advogada que teve sua atuação profissional ligada ao feminismo com o objetivo de desmerecer, mais ainda, a palavra da suposta vítima, também é preciso repudiar. É tão evidente que a contratação da mesma não aconteceu por seus atributos pessoais, competência e desempenho. Mas, essencialmente, por ser reconhecida como Advogada Feminista. Nada mais conveniente para um acusado de estupro.

Compreendemos que a profissional tem o direito de assumir a causa que lhe convêm, mas não tem o direito, nem legitimidade de usar a luta feminista como status, em proveito econômico próprio e em detrimento da defesa simbólica de todas nós mulheres, hoje julgadas como mentirosas, levianas e desonestas. Para defender o jogador Neymar um homem rico e famoso, apoiado por marcas multinacionais e por toda grande mídia, a advogada abandona o feminismo e passa a trabalhar em favor do patriarcado que se utiliza de mulheres como instrumentos para manutenção de seu poder capitalista.

Ainda que ela, coerente com a postura que prega, doasse seus honorários milionários a entidades pró vítimas da violência sexual, não conseguiria reverter o impacto da violência simbólica que sua atitude provoca em milhões de mulheres. Hoje mais vulneráveis e expostas a um tribunal patriarcal que nos divide em santas e putas e desencoraja, especialmente as mulheres pobres, a denunciarem seus agressores.

No sentido da resistência e do respeito entre mulheres feministas, apoiamos integralmente o Comitê da América Latina e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher - CLADEM/Brasil, que adotou uma posição coerente com o feminismo, pois sabemos a enorme diferença entre respeitar o exercício da advocacia e corroborar com estratégias oportunistas e publicitárias do jogador.

Feminismo não é um atributo individual. É uma prática. Não cabe utilizá-lo como justificativa para uma profissional assumir um caso com evidentes contornos sexistas, com enorme desigualdade de poder entre as partes e onde a suposta vítima está sofrendo uma enorme criminalização moral e exposição ao vexame público. Mais grave, ainda, é que todas nós mulheres também estamos sendo atacadas em nossa dignidade, quando o assunto toma essa dimensão social de ataque a quem denuncia.

Infeliz da sociedade brasileira que ainda não compreendeu a tragédia que nos assola e continua a culpar a vítima pela violência sofrida. Aqui do mesmo modo que em países teocráticos a vítima de estupro recebe uma pena simbólica de chibatadas públicas. A diferença é que não se assume os horrores, os danos perpetrados em nossos corpos e em nossas almas e se finge alguma humanidade e empatia.

Por isso prestamos solidariedade a todas as pessoas que foram vítimas de estupro e violências sexuais e dizemos a cada uma: os feminismos não soltam a mão de ninguém!

Basta da Cultura do Estupro!

Queremos um mundo livre de violências! Por mim, por nós e pelas outras!

Brasil, 09 de junho de 2019

Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB.

---

## **A farsa da intervenção, por Articulação de Mulheres Brasileiras**

A quadrilha do Golpe, a serviço de uma elite brasileira escravista e gananciosa, não tem legitimidade alguma e nem possibilidade real de controlar o crime organizado no Rio de Janeiro, uma vez que estão envolvidos numa rede de acobertamentos mútuos, que envolvem traficantes, milícias, setores da polícia e da política. Uma cadeia que tece laços globais com suas ilegalidades.

**(Articulação de Mulheres Brasileiras, 21/02/2018 - acesse no site de origem)**

O verdadeiro combate ao crime organizado precisa, em primeiro lugar, enfrentar a ilegalidade, hoje tão enraizada na sociedade fluminense, que assiste atônita às múltiplas violências e violações, somadas às injustiças cometidas pelos atuais governantes. É imperioso reconhecer que o circuito do tráfico de armas e drogas, acompanhado de toda a engrenagem que ali se inicia de negócios, subempregos e “jeitinhos”, tem sido um verdadeiro motor e sustento da economia carioca. Uma economia da ilegalidade, que tem tornado a população vítima e ao mesmo tempo refém.

O Rio de Janeiro precisa sim de uma verdadeira vocação econômica e de emprego de qualidade, com que a elite carioca nunca se preocupou em criar e, ao que parece, agora menos ainda, uma vez que está enganchada na globalização financeira e no lucro fácil da especulação e da economia digital. Ao contrário, encontra reforço para sua lógica predatória na flexibilização das leis trabalhistas, na reforma da previdência, e no congelamento de gastos públicos. Há um descarte da mão de obra que é emoldurado com o genocídio da juventude negra nas periferias urbanas e nos presídios. Atentas a tudo isto, e ao lado das mulheres diretamente atingidas neste contexto perverso, entendemos que a intervenção federal militar no Rio de Janeiro vem aprofundar essa macabra perspectiva genocida.

O Rio de Janeiro precisa sim de educação, ciência e tecnologia, único acesso ao Século XXI com alguma perspectiva de alcançar o tal desenvolvimento com sustentabilidade e bem estar. Os governos que defendem a intervenção federal são os mesmos que estão a estrangular as universidades, diminuindo o orçamento público para pesquisas e sucateando uma instituição de excelência como a UERJ.

O Rio de Janeiro precisa sim retomar sua autoestima, seu espírito pacífico, o convívio respeitoso e seu ânimo alegre e mordaz, como ficou demonstrado neste Carnaval pela Escola Paraíso de Tuiuti e sua profunda e bem-humorada crítica ao desgoverno que vive o Rio e o país.

Muito já foi dito sobre a ilegalidade deste decreto de intervenção federal a cargo de um militar, com a cumplicidade da mídia hegemônica e manipuladora e dos que se atrelam ao projeto de golpe e permanência no poder. Há especulações sobre o beneficiamento a uma das facções do tráfico - que trava uma feroz luta interna para o domínio do mercado. Tudo isto estamos levando em conta em nossa análise, mas queremos chamar atenção para o momento de profunda crise civilizatória que vivemos.

Reafirmamos que as falsas soluções pirotécnicas e midiáticas impostas ao povo do Rio, através de intervenção militar abrem brechas na sociedade, aumentam as distâncias na cidade partida, e aprofundam a violência e o "cativeiro social". Nós mulheres que, diariamente, apesar das discriminações e violências que sofremos, contribuimos à sustentabilidade da vida, continuaremos a resistir e a construir em igualdade e justiça, os caminhos para um devir onde a vida possa ser vivida na paz e com justiça.

*AMB Rio - Articulação de Mulheres Brasileiras  
Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2018.*

---

## [Movimento de mulheres diz não ao PL que altera Lei Maria da Penha](#)

**(Agência Patrícia Galvão, 20/06/2016)** A principal crítica do movimento de mulheres em relação ao [PLC 07/2016](#), Projeto de Lei da Câmara que agora tramita no Senado, diz respeito ao artigo 12-B, que confere à autoridade policial o poder jurisdicional de deferir ou negar medidas protetivas de urgência às mulheres em situação de violência, hoje competência exclusiva do Judiciário. Este ponto específico tem sido alvo de críticas das [associações do sistema de justiça, por meio de notas técnicas](#).

A ausência de diálogo com os movimentos de mulheres e a alteração de competências que podem comprometer a legitimidade da Lei Maria da Penha são críticas unânimes feitas por representantes de redes e articulações feministas ouvidas pela Agência Patrícia Galvão em relação ao PLC 07/2016, que será objeto de [audiência pública no Senado na terça-feira \(21/6\)](#).

O Projeto de Lei tramitou originalmente na Câmara dos Deputados ([PL 36/2015](#)) com a proposta inicial de aprimorar o atendimento policial às mulheres em situação de violência, estabelecendo, por exemplo, que os serviços funcionem 24h, que o atendimento seja feito preferencialmente por profissionais do sexo feminino e que a mulher não seja revitimizada no atendimento. Entretanto, na fase final de tramitação na Casa, o PL foi alterado pela Comissão de Constituição e Justiça, que acrescentou ao texto o artigo 12-B.

## **Ausência de debate é fortemente criticada**

Construída a partir de amplo diálogo entre o movimento de mulheres, feministas, juristas e defensores dos direitos humanos, a [Lei nº 11.340](#) de 7 de agosto 2006 é uma das legislações mais conhecidas no Brasil e é reconhecida internacionalmente como uma das mais completas no enfrentamento à violência contra as mulheres.

***“A Lei Maria da Penha tirou a violência contra a mulher de um colo pouco receptivo, que eram as delegacias em geral e as delegacias das mulheres, e colocou no do Judiciário, que passou a se debruçar sobre essa temática.”*** Leila Linhares (Cepia-RJ)

“Essa Lei encontrou uma receptividade muito grande na sociedade. Claro que não é a lei que vai acabar com a criminalidade, mas ela forçou o Estado a olhar para essa violência e criar os juizados especializados”, afirma a advogada Leila Linhares, que atuou no consórcio de ONGs que elaborou o pré-projeto da Lei Maria da Penha, trabalhando na construção da proposta com outras ONGs, desde 2002, até a aprovação do texto, em 2006. O consórcio também emitiu [nota pública manifestando-se contrário ao artigo 12-B do PLC 07/2016](#).

A especialista vê com preocupação a rápida tramitação do Projeto de Lei de nº 7. “Esse projeto tramitou por um lobby dos delegados de polícia, apoiado por aquela que chamamos de ‘bancada da bala’, de forma silenciosa, em meio às confusões pelas quais que o Brasil passa, sem nenhuma discussão com o movimento de mulheres, em uma posição corporativista.”

***“É preocupante que o PLC 07/2016, uma proposta corporativa, tenha encaminhamento tão rápido no Congresso Nacional. Por que outras modificações da Lei Maria da Penha, consensuadas a partir do [relatório da CPMI de 2013](#), seguem aguardando?”*** Carla Batista (Cladem/Brasil)

Para Carla Gisele Batista, integrante do Cladem/Brasil (Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher), organização que também integrou o consórcio, estamos assistindo hoje ao desmonte de todo o processo de diálogo que culminou na Lei Maria da Penha. “Qualquer modificação da Lei não deveria ser feita sem um amplo debate envolvendo os diversos setores que lutaram para que a Lei Maria da Penha existisse. Parece que o PL faz parte de um propósito de tratar todos os problemas sociais como questão de polícia”, afirma a representante do Cladem.

***“Não se pode admitir a aprovação de um PL sem que se passe por uma discussão mais ampla, que envolva o movimento de mulheres como um todo. A Lei Maria da Penha é uma conquista social e política.”*** Sônia Coelho (Marcha Mundial de Mulheres)

Sônia Coelho destaca que o movimento é contra qualquer posicionamento que venha a prejudicar a implementação da lei de violência doméstica. “Somos contrárias a qualquer alteração na Lei Maria da Penha ou em qualquer política para as mulheres que não tenha a participação popular e do movimento de mulheres. Essa é uma das leis oriundas do processo de discussão com o movimento feminista, elaborada por ele e acatada pelo governo, a partir de toda uma discussão com o movimento de mulheres. Com isso, a Lei Maria da Penha ganhou uma legitimidade muito grande, não só junto à população, mas também à Justiça. É [uma das leis mais conhecidas pela população](#).”

A representante da Marcha Mundial de Mulheres também critica a tentativa de concentrar na segurança pública a decisão de deferir ou negar as medidas protetivas de urgência. Para

Sônia, não há sentido em dar mais uma responsabilidade para a autoridade policial. “Não concordamos que as coisas estejam cada vez mais concentradas nas mãos da polícia. Precisamos pensar na proteção e no apoio por outros setores da sociedade, porque, afinal de contas, a polícia é quem menos tem protegido a população e as mulheres na nossa sociedade. É algo que não tem o menor sentido na realidade que vivemos hoje. Isso não contribuiria com a Lei Maria da Penha. Pelo contrário, seria um prejuízo muito grande.”

**“Uma norma que dá poder jurisdicional ao delegado de polícia sem nenhum mecanismo de controle e limitação temporal é uma norma inconstitucional, porque só quem pode fazer a restrição de direitos fundamentais sensíveis é o juiz.”** Thiago Pierobom (promotor de justiça do Ministério Público do Distrito Federal)

Pierobom, que é secretário da Copevid (Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais), avalia que é importante para a legitimidade da Lei Maria da Penha que o poder de expedir as medidas protetivas fique com o Judiciário. “O nosso grande receio é que, como o artigo proposto pelo Projeto de Lei é inconstitucional, pois viola o direito de jurisdição, há um seríssimo risco que, caso aprovado, o Supremo Tribunal Federal venha futuramente a declarar a inconstitucionalidade, o que enfraqueceria a Lei Maria da Penha.”

**“Temos que refletir sobre qual é o nível de compreensão da violência de gênero por parte de delegados e delegadas, em um país em que a maioria das delegadas de DEAMs sequer recebeu as capacitações necessárias sobre violência de gênero.”** Conceição Amorim (AMB)

Avaliando a situação das delegacias como órgãos desestruturados que enfrentam dificuldades para cumprir o papel de investigar e que não conseguem concluir os inquéritos de violência contra as mulheres, Conceição Amorim, da AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras), pergunta: “Diante da sobrecarga, qual é o interesse efetivo de os delegados deferirem ou não as medidas protetivas?”. Conceição destaca ainda com preocupação o despreparo dos profissionais que atuam nas delegacias.

**“Fazer a medida protetiva na delegacia não vai resolver o problema da demora. As mulheres precisam é que o Judiciário funcione corretamente. Precisamos que as Delegacias da Mulher se unam ao movimento de mulheres para pressionar pela agilidade da Justiça.”** Ana Carolina Barbosa (UBM)

Conceição Amorim também destaca que a “polícia age muitas vezes como violadora dos direitos humanos no país inteiro. Sabemos que ainda há muito machismo e muitas violações nas delegacias, a exemplo do delegado no caso do Rio de Janeiro, que revitimizou uma vítima de estupro e que não é uma exceção – infelizmente sabemos que muitas vezes os delegados pensam que a mulher é culpada pela violência que sofreu”.

**“Na Bahia há 417 municípios e apenas 15 DEAMs e isso significa que as mulheres vão continuar morrendo, pois, se não há estrutura nem para investigar e nem competência técnica para prender os criminosos, imagine atribuir à delegacia mais uma responsabilidade. Aquilo que a DEAM tem que fazer, que é registrar queixa e prender os criminosos, ela faz mal e porcamente.”** Valdecir Nascimento (AMNB)

Valdecir Nascimento, da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), afirma que o fato de o presidente interino Temer, diante do caso de estupro no Rio de Janeiro,

anunciar a criação de um núcleo de violência contra a mulher significa “negar quase 15 anos de construção de estratégias em relação às políticas de enfrentamento à violência contra a mulher. Para a AMNB, é preciso denunciar o esvaziamento de recursos e avançar para que novas estratégias de enfrentamento à violência possam surgir. Temos que investir na consolidação do [Pacto de Enfrentamento à Violência contra a Mulher](#) e deixar cada um com suas atribuições.”

---

## **[Viva Maria: Ativista critica proposta que altera Lei Maria da Penha](#)**

**(Radioagência Nacional, 16/06/2016)** No dia 7 de agosto, a Lei Maria da Penha completa 10 anos. Movimentos feministas estão em marcha rumo a Brasília para acompanhar de perto a audiência pública que acontece na próxima terça-feira (21) no Senado Federal. Isso porque um projeto de lei que tramita no Congresso pretende alterar diversos dispositivos do texto.

Um dos mais polêmicos é o que concede à autoridade policial a atribuição de conceder medidas protetivas de urgência às vítimas de violência doméstica – tais medidas hoje são prerrogativa do Poder Judiciário.

A militante da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) Conceição de Maria Amorim é uma das lideranças que prometem marcar presença nesse debate. Ela explica que as alterações tornam a lei vulnerável, já que as polícias do país atualmente se encontram mal equipadas para identificar e acolher as vítimas da violência de gênero.

**Acesse no site de origem:** [Viva Maria: Ativista critica proposta que altera Lei Maria da Penha \(Radioagência Nacional, 16/06/2016\)](#)

---

## **[Movimentos sociais se opõem à extinção da SPM, Seppir e SDH](#)**

Movimentos sociais emitiram notas em apoio à manutenção do status de Ministério das Secretarias de Políticas para as Mulheres, de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos e contra a [possível fusão das referidas pastas](#) e criação de um Ministério da Cidadania.

**Leia também:**

[Mônica Bergamo: bancada feminina manifesta inconformismo com extinção da SPM](#)

[Juristas e especialistas consideram fusão ministerial “apagão histórico”](#)  
[Feministas criticam ameaça de extinção da SPM, Seppir e SDH](#)  
[Gestoras enviam carta à presidenta Dilma em defesa da SPM como ministério](#)  
[Comissão da Mulher da Defensoria Pública manifesta preocupação pela possibilidade de extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres](#)

Confira abaixo as manifestações:

[“Extinguir as secretarias, assim como rebaixar nossos direitos, são medidas inaceitáveis”.](#)  
**AMB** (*Articulação de Mulheres Brasileiras*)

[“Não existe bom governo feito de boas intenções, mas aqueles que se constituem promovendo o diálogo e participação social, e nos quais os interlocutores governamentais possui peso institucional, poder de decisão e capacidade para promover a transversalidade das políticas de promoção de igualdade”](#)  
**COJIRA** (*Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial*)

[“A concretização de uma reforma ministerial nos moldes apresentados será, com certeza, um retrocesso em conquistas importantes no campo das políticas públicas e nas medidas jurídicas e legislativas que ajudaram o Brasil a compreender que o racismo existe e que a sua superação e a promoção da igualdade racial são fundamentais para seguir mudando a vida da população negra brasileira”.](#)  
**CONEN** (*Coordenação Nacional de Entidades Negras*)

[“O real compromisso do governo brasileiro com a igualdade de gênero e raça é determinante para avançarmos em uma sociedade livre do machismo, do racismo e com igualdade de oportunidades para todos e todas”](#)  
**CUT** (*Central Única dos Trabalhadores*)

[“A conta desta crise não pode ficar nas costas do povo negro”.](#)  
**Educafro** (*Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes - Rede de Pré-Vestibular Comunitário*)

[“Sabemos que somente o Estado atuando em conjunto com a sociedade civil organizada poderá construir uma nação onde as mulheres possam viver com autonomia e dignidade, a vida da população negra continue sendo valorizada e nós sejamos todas e todos reconhecidos como sujeitos políticos demandantes de políticas específicas rumo a igualdade”](#)

**Marcha Mundial das Mulheres**

[“Na recém-nascida construção de um governo comprometido com os setores mais sofridos de nossa população, momento histórico em que o país desperta com intensidade para a necessidade das políticas públicas específicas para as mulheres, manifestamos nossa decisão de defender a manutenção desta política”](#)

**Movimentos Sociais Negros**

[“Conquista do conjunto das mulheres brasileiras, ao transformar a SPM em apêndice de outro Ministério se atinge em cheio o protagonismo que esse organismo nacional vem exercendo em nosso país, na liderança pelo debate político acerca das desigualdades e da necessidade de uma atuação viva e forte em defesa das mulheres”](#)

**Rede Feminista de Saúde** (*Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos*)



---

## **Nota da AMB sobre os rumos da Reforma Ministerial e possível Rebaixamento da Secretaria de Políticas para as Mulheres, SEPPIR e SDH**

**(AMB, 28/09/2015)** Nós, da Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB, tornamos pública nossa indignação sobre a forma como vem sendo conduzida a reforma ministerial em curso e os retrocessos que apontam. A grave crise que atravessamos deve ser enfrentada em diálogo com as forças sociais que historicamente vem lutando em defesa dos direitos, da democracia e da transformação social nesse país. Deve ser enfrentada com a taxaço das grandes fortunas, com medidas que caminhem para uma tributação mais progressiva, com a imposição de limites ao sangramento do fundo público pelo capital financeiro, com a manutenção dos direitos, de políticas públicas que promovam igualdade e de seus instrumentos fundamentais de realização.

Manifestamos nossa indignação frente a perspectiva de rebaixamento das Secretarias de Políticas para as Mulheres - SPM, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR e da Secretaria de Direitos Humanos - SDM na reforma ministerial. A criação destes Ministérios foi uma conquista histórica dos movimentos de mulheres e feministas, da população negra organizada e dos movimentos de direitos humanos. Estes Ministérios são instrumentos fundamentais para enfrentar desigualdades estruturantes da sociedade brasileira, que produzem, no cotidiano da maioria da população do país, situações permanentes de violação de direitos, opressão e violência. São instrumentos que fazem avançar a democratização do Estado brasileiro. Representam o reconhecimento histórico da pluralidade de sujeitos e das diferentes desigualdades de gênero, raça e classe que estruturam a sociedade brasileira e cuja superação é condição para a garantia de uma igualdade substantiva.

A fusão dessas Secretarias em um único ministério representa, material e simbolicamente, um retrocesso histórico para os movimentos de mulheres brasileiras. Não podemos aceitar que, mais uma vez, nós mulheres paguemos pela crise, com nossos direitos, com nossa vida, sendo nós as que enfrentaremos, e já estamos enfrentando, as consequências mais duras desse processo nas nossas condições de vida.

Rebaixar instrumentos de luta pela democratização do Estado e pela garantia de direitos das mulheres, da juventude negra e todo o povo negro, e dos povos e comunidades tradicionais é desconhecer e atuar com descaso frente à violência praticada contra as mulheres,

especialmente as mulheres negras, e frente ao genocídio da juventude negra e dos povos indígenas, e das comunidades tradicionais (que ocupam 1/4 do território nacional).

Extinguir as secretarias, assim como rebaixar nossos direitos, são medidas inaceitáveis, que produzirão retrocessos e perdas irreparáveis naquilo que recente e fragilmente conquistamos e aprofundarão o fosso das desigualdades de gênero e raciais no país, reforçando o poder da força conservadora e intolerante que vem crescendo no seio da sociedade e do estado brasileiro, cujos representantes nos partidos e Congresso têm pedido o fim destes ministérios desde sua instalação.

Igualmente repudiamos a retração na política pública de saúde, seja pelo corte de recursos orçamentários seja pela troca de ministro que na prática significa opção por outra linha de orientação para o SUS que não a perspectiva da saúde pública e universal pela qual lutamos e conquistamos na Constituição de 1988.

*Nós, da Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB, dizemos não, veementemente, a estes retrocessos!*

*Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB, setembro de 2015.*

Acesse no site de origem: [Nota da Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB sobre os rumos da Reforma Ministerial e possível Rebaixamento da Secretaria de Políticas para as Mulheres, SEPPIR e SDH \(AMB, 28/09/2015\)](#)

---

## **Carta Política da Articulação de Mulheres Brasileiras nas eleições gerais de 2014**

**(Articulação Mulheres Brasileiras, 29/09/2014)** Nós da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), movimento feminista autônomo, não-partidário, antirracista e anti-capitalista, reafirmamos e nos somamos à iniciativa da “Plataforma Política dos Movimentos Sociais para resolver os problemas do povo brasileiro” no contexto das eleições 2014. No tenebroso cenário eleitoral é preciso que a sociedade civil se manifeste, se articule, atue e comunique conjunta e individualmente, e por todos os meios possíveis nossos pontos de vistas e demandas. Nesse esforço, para nós é importante explicitar e enfrentar os riscos e agravos da ação conservadora e fundamentalista na política e na sociedade brasileira. Dentre outros, esses setores impõem retrocessos nos direitos e recrudescimento das injustiças, desigualdades, intolerâncias e violências cotidianas que marcam a história do país.

Reafirmamos nossa crítica ao modelo de democracia representativa brasileira que não expressa a diversidade de sua população. Demarcam isso a sub-representação das mulheres: somos mais de 50% da população e do eleitorado, no entanto, representamos menos de 10% do Congresso Nacional; a sub-representação da população negra, que mesmo sendo a maioria dos brasileiros, tem menos de 9% dessa representação; e os povos indígenas que sequer têm lugar nesse modelo. Por sua vez, poderosas campanhas demarcam o poder das elites brancas e as

alianças reacionárias contra as conquistas de direitos. E em muito se mostram coniventes e algumas até incentivadoras da manutenção e agravos das violências contra as mulheres, a população negra, os povos indígenas, as populações camponesas e tradicionais, e de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT).

Sob o poder econômico, político e cultural das elites, o sistema político brasileiro favorece esse modelo e com ele, a interdição e invisibilidade das múltiplas vozes e sujeitos políticos, negando-lhes legitimidade e, até mesmo a capacidade humana, como o fazem com as mulheres negras e indígenas. A banalização da violência contra essas mulheres está também expressa na negação de seus direitos políticos, sociais, culturais e ambientais no campo e na cidade; na precarização e privatização dos serviços públicos voltados para as garantias de direitos, como a seguridade social, saúde, saneamento e segurança pública, esta última baseada na limpeza étnico-racial e na violência simbólica contra a população pobre e negra; no exacerbamento das expressões misóginas como a cultura do estupro, o relativismo e invisibilidade de violências sexuais dentro e fora de casa e que afetam, sobretudo, as mulheres dos grupos prejudicados pelo racismo, pelo etnocentrismo e pela imposição heteronormativa.

Para nós, também é preciso denunciar e responsabilizar o Estado e os políticos conservadores pelas muitas mortes de mulheres pobres e negras causadas pelo aborto inseguro. Abortamos porque precisamos e nos criminalizar por isso é nos empurrar para a marginalidade, exploração econômica e risco de morte. No contexto destas eleições pelo menos dois casos de morte materna por aborto inseguro chegaram aos jornais, mas, a maioria dos políticos não se comprometem com os direitos reprodutivos. No jogo eleitoral, esses direitos tornam-se moeda de troca e tema que “polemiza” e “desempata” o “placar” de votos, num perverso utilitarismo político do sofrimento das mulheres e da desinformação da sociedade. Por isso reafirmamos nosso grito:

### **PELA VIDA DAS MULHERES! LEGALIZAR O ABORTO NO BRASIL!**

Os poderes políticos são também intolerantes e hostis às demandas da sociedade civil organizada para o enfrentamento à discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero; e se furtam a pautar questões relevantes como a necessária democratização da comunicação, e os problemas sociais gerados pela criminalização das drogas, cujas políticas estão centradas na violência policial e jurídica contra a juventude negra, e no favorecimento de clínicas religiosas comumente denunciadas por violações de direitos e antiprofissionalismo.

Por sua vez a mídia corporativa, incluindo a mídia religiosa, difunde e reafirma ideologias antidireitos humanos. Em nome da liberdade de imprensa e da fé atuam em bases racistas, etnocêntrica, misóginas, lesbofóbicas, transfóbicas e homofóbicas. Neste ambiente, os processos das eleições tornam-se vitrines para a voz da direita e da aliança liberal-fundamentalista, que ameaçam o estado laico e a própria democracia. A letalidade dessa aliança recai sobre a população marginalizada, que, como se sabe, é de maioria negra, diga-se como exemplo o extermínio da população negra e dos povos indígenas; e sobre a população LGBT, violentada e assassinada em nome da moral e dos ‘bons costumes’.

Refém de sistemas de dominação, o cenário eleitoral de 2014 está agravado pelos privilégios dos setores privados que financiam as candidaturas conservadoras e canalizam os mandados para seus interesses, e pelo oportunismo de lideranças religiosas fundamentalistas e outros setores moralistas ultraracionários. Aliados, esses grupos defendem causas como a pena de morte, a redução da maioria penal, a internação compulsória de dependentes químicos e a

radicalização da violência contra a população empobrecida. Por outro lado, rechaçam, desqualificam e criminalizam os movimentos sociais e os direitos humanos, dentre eles o direito à diversidade sexual, cultural, territorial e de crença e culto.

Nesse contexto, a AMB vem denunciando o sistema político brasileiro vigente, suas estruturas patriarcais e racistas e seus rebatimentos sobre o cotidiano da população. Essa forma de fazer política, não só privilegia os poderes dominantes, mas também desinforma e aliena a população e fortalece as tendências reacionárias presentes na cultura brasileira. Por tudo isso é necessário

## **DEFENDER COM FIRMEZA O ESTADO LAICO E MUDANÇAS ESTRUTURANTES NO SISTEMA POLÍTICO!**

Na luta por democratização e melhorias nas condições de vida é urgente garantir a paridade na política, instituir a exclusividade do financiamento público das campanhas e o voto em lista com alternância de sexo e inclusão do povo negro, indígenas e LGBT. Temos ciência de que as transformações que precisamos não dependem somente de reformas no sistema político, mas é fato, e o contexto eleitoral nos indica isso, que esse componente se mostra cada vez mais central para unificarmos lutas sociais e incidirmos sobre as estruturas políticas, culturais e econômicas da sociedade.

Portanto é fundamental que a sociedade e os indivíduos rechacem as campanhas conservadoras, reacionárias e fundamentalistas e estabeleçam esforços para que o resultado das eleições não reforcem as violências que avançam junto com essas tendências sobre o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e os governos estaduais e federal.

***Acesse o PDF: [Carta Política da Articulação de Mulheres Brasileiras nas eleições gerais de 2014 \(Articulação Mulheres Brasileiras, 29/09/2014\)](#)***

---

## **[AMB realiza I Fórum de Mulheres dos Países BRICS, Fortaleza, 15/07/2014](#)**

O I Fórum de Mulheres dos países BRICS, bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, tem por objetivo construir pontes e articulações, assim como trocar informações e experiências entre organizações de mulheres feministas desses países e de outros do chamado Sul Global, especialmente da América Latina. A proposta é discutir as problemáticas em comum tanto nacional como internacionalmente, na perspectiva da cooperação Sul/Sul e da incidência sobre os próprios países e por seu intermédio na geopolítica global.

Sabemos que essa articulação de países tem como pano de fundo um modelo de desenvolvimento que apesar das particularidades de cada um deles em termos de sistemas políticos, perfil e tamanho de suas economias, todos tem em comum os fortes impactos sociais e ambientais dos seus modelos produtivos. De fato, os governos dos países BRICS tem buscado crescer e se tornar competitivos no cenário internacional com economias baseadas na agro-exportação e na exploração dos recursos naturais e o extrativismo em larga escala, ou assentadas na industrialização ou na prestação de serviços voltadas para a exportação, e quase sempre apoiadas na utilização de mão de obra barata.





Todos também são países que exibem altos índices de pobreza e desigualdades, dentre elas as de gênero, como também importantes conflitos sociais e ambientais e diversos graus e formas de violação dos direitos humanos de suas populações, agravadas pela expansão capitalista hegemônica pelas grandes corporações do agronegócio, mineradoras, construtoras de infraestrutura, indústrias da energia, em especial petroleiras, e muitas outras, que impulsionam a liberalização de seus investimentos transnacionais buscando a maior segurança jurídica.

Diante dessa realidade, os povos dos nossos países precisam conhecer os BRICS e debater as implicações de sua consolidação para as nossas sociedades e para o sistema internacional. Acreditamos que a atuação dos BRICS dependerá em grande medida da capacidade dos povos de se mobilizar e disputar os rumos de seus países e das coalizões internacionais que integram.

Assim, consideramos fundamental a articulação da sociedade civil dos países BRICS, através de suas organizações e movimentos sociais, para constituir um processo de diálogo permanente e ação comum, visando a garantia de direitos, a igualdade, a justiça social e ambiental dentro e entre seus países; e particularmente em relação ao Banco dos BRICS, cuja criação será aprovada em Fortaleza, debater e monitorar seu formato e projetos, para que ele não se torne mais um instrumento de violação de direitos e injustiças sociais e ambientais, e que pelo contrário possa servir para o financiamento de políticas públicas, em suma, para o bem-estar das populações.

As organizações de mulheres e feministas também queremos contribuir com esta tarefa, Temas como os direitos das mulheres nos países BRICS, a pobreza e as desigualdades de gênero, a concentração da riqueza, o modelo de desenvolvimento dos países do Sul e seu impacto nas mulheres, as lutas e resistências na perspectiva da justiça socioambiental, o acesso aos serviços públicos, as políticas de adaptação e mitigação às mudanças climáticas, dentre outros, são questões que vem impactando as mulheres no Sul e devem ser aprofundadas, e serão priorizadas em nosso debate buscando gerar convergências de ação.

Assim, em oportunidade da Cúpula dos BRICS em Fortaleza em julho de 2014 e com a presença de mulheres dos países BRICS, e de outros países do chamado Sul global, somadas a uma presença substantiva de participantes da AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras - iremos fomentar o debate e definição de um plano de trabalho em comum que nos permita avançar no aprofundamento da agenda dos direitos das mulheres na perspectiva Sul/Sul.



# PROGRAMA

15 de Julho de 2014

9:00

## Mesa de abertura

Explicação da proposta do Fórum.

9:30

**Painel sobre modelo de desenvolvimento nos BRICS e relação com a geopolítica internacional.**

## Debate

11:30

**Trabalho em GTs** com duas perguntas

1 - Quais são as suas expectativas em relação à articulação da sociedade civil dos países BRICS e do Sul Global \ e das mulheres especificamente.

2 - Quais seriam os Eixos para essa articulação Sul\Sul das Mulheres

Eixos possíveis:

- 1 - População e Direitos sexuais e Reprodutivos;
- 2 - Violência contra a Mulher;
- 3 - Pobreza e desigualdade nos países BRICS e no Sul Global.
- 4 - Modelo de desenvolvimento e impactos / Justiça socioambiental nos BRICS;
- 5 - Agricultura camponesa e Soberania alimentar e Impactos das Mudanças Climáticas;
- 6 - Políticas e serviços públicos;
- 7 - Economia do cuidado e migrações;
- 8 - Direitos das mulheres e combate às discriminações (de raça, orientação sexual e outras)

14:00  
/16:00

**Plenária para fechar próximos passos** (definir eixos e deixar um pequeno grupo combinado – para dar continuidade)

**LOCAL: Hotel Recanto Wirapu'ru**

<http://www.hotelrecantowirapuru.com.br>

Avenida Alberto Craveiro, 2222, Castelão, Fortaleza - CE. Fone: (85) 3477 3900

Apoios:

 HEINRICH  
BÖLL  
STIFTUNG

  
Oxfam

